

UTOPIA E POSITIVISMO

NOS PRIMÓRDIOS DO
MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL

Adalmir Leonídio¹

A bibliografia tem se reportado ao período pós-Abolição da escravidão no Brasil para falar em início do movimento operário. De fato, a primeira tentativa de se constituir um partido operário no Brasil data do ano de 1890. Mas antes disso, graças à difusão das ideias socialistas no país, os trabalhadores já tentavam se organizar de alguma forma. Mas em que consistia precisamente este “socialismo brasileiro”? O que era ser socialista? As primeiras ideias socialistas aportaram no Brasil ainda nos anos 1840. Tratava-se essencialmente das ideias dos utópicos franceses Claude-Henri de Saint-Simon e Charles Fourier. A partir dos anos 1870 são introduzidos novos elementos no discurso socialista, que insinuam sua aproximação com o socialismo marxista. Assim, aparecerão termos como “classe operária”, “partido operário”, “partido socialista” etc., como também os nomes de Karl Marx, Friedrich Engels, Karl Kautsky, entre outros, serão citados². Veremos, porém, que o

que predomina são ainda as ideias dos utópicos, profundamente marcadas pelo positivismo, já então firmemente arraigado na cultura brasileira da época.

O termo utopia é daqueles que se prestam a todo tipo de usos e abusos. Os exemplos são muitos. Desde livros em que o título em nada corresponde a qualquer conteúdo relativo ao tema da utopia, até bandas de rock, letras de música, torcida organizada, entre outros. Nos dias de hoje, sua conotação pode ser positiva ou negativa. Isto é, tem sido usado tanto como uma espécie de catilinária raivosa contra os adversários, quanto como um vago elogio àqueles a quem se admira por seu estilo humanitário e filantropo.

Dentro desse espectro negativo do uso (ou abuso) do termo utopia, percebemos uma postura intelectual supostamente mais séria ou realista, que tende a desconfiar dos grandes sonhos utópicos, das esperanças de transformação do mundo em que vivemos. Via de regra, tal postura tem levado ao ceticismo (ou mesmo ao cinismo) e à passividade política. Mas qual a origem histórica desta ampla polissemia e que questões estão por trás dela?

O termo é tardio para a realidade que ele intenta designar, como ficará claro ao longo deste texto. Data de 1516 e foi forjado por Thomas Morus. Nesse tempo confundiam-se, entre os ingleses, os termos *ou-topos*, significando lugar não existente, e *eu-topos*, lugar do bem, lugar ideal. Disso deriva uma ampla polivalência semântica, cuja linha dominante de significação parece ser o *constructo* de um mundo desejado e, até certo ponto, possível. Tanto a sua origem como a sua utilização ao longo dos séculos sempre foram alvo de muita confusão. Mas foi seguramente com Marx que ele adquiriu seu sentido mais difundido: o de “sonho”, “fantasia”, “evasão da realidade”³. Os “utópicos” tirariam de suas cabeças um sistema novo, mais perfeito, de ordem social, para tentar implantá-lo na sociedade⁴.

Em Marx a palavra utopia foi, sobretudo, utilizada como uma adjetivação negativa para referir-se aos primeiros socialistas que o antecederam, tais como os franceses Claude-Henri de Saint-Simon e Charles Fourier, e o inglês Robert Owen. Mas o seu socialismo está intimamente ligado à crítica radical da civilização burguesa moderna e ao anseio de mudança qualitativa que envolve um novo modo de vida, bem como um tipo diferente de civilização. Trata-se, portanto, de uma postura utópica diante dos problemas do mundo, embora seu conteúdo seja radicalmente diferente de outras formas de utopia.

Antes de Marx, porém, o pensador francês Auguste Comte, em diversos momentos, mas especialmente na lição cinquenta de seu *Curso de filosofia positiva*, escrito entre 1830 e 1842, vai se referir à “utopia” dos ideais propostos por aqueles pensadores, precisamente no sentido depreciativo do termo, como depois ficaria conhecido por meio do socialista alemão. Mas essa acep-

ção pode ser mais antiga, pois Antoine de Rivarol a utilizou, no fim do século XVIII, para se referir a seus opositores políticos.

Essa representação da utopia perdurou até o início do século XX. Nos anos 1920 Martin Buber caracterizou a “imagem utópica” como “um quadro do que deve ser”, um estado ideal, portanto; mas sem a acepção negativa empregada por Marx e Engels. A utopia anseia pelo que é justo e experimenta, como revelação ou ideia, aquilo que não pode se realizar no indivíduo, mas somente na comunidade humana. A visão daquilo que “deve ser” não pode, no entanto, ser separada da atitude crítica em face da atual maneira de ser do mundo⁵.

Depois de Marx, vários marxistas mantiveram, de diferentes maneiras, uma dimensão utópica da crítica à modernidade capitalista, entre os quais podemos destacar Ernst Bloch, bem como buscaram chamar a atenção para o problema da utopia dentro do marxismo. Por esta época, início do século XX, o conceito de utopia mantinha quase unicamente seu sentido pejorativo, reforçado, sobretudo, por Engels. Um dos primeiros socialistas do século XX a utilizar o termo de maneira positiva foi o alemão Gustav Landauer, em seu livro *A revolução* (1907). Foi dele que, ao que tudo indica, Bloch retomou o termo no sentido de ideal social legitimamente oposto ao estado de coisas existente. Tratava-se de apelar ao que ainda não existia, construir no desconhecido. A “realidade utópica” por ele reivindicada evocava a ideia de uma realidade superior à da “vulgar facticidade empírica”⁶. Em *O espírito da utopia* (1917), o autor alemão lançou uma crítica feroz às pretensões da técnica moderna. Acreditava que, uma vez superado o “aberrante desvio capitalista”, o estilo de vida camponês e o artesanato seriam restabelecidos, e dele surgiria um novo tipo de ser humano. Trata-se aqui menos de um retorno ao passado do que da defesa de uma nova sociedade, mais humanista e igualitária.

Por essa mesma época, e partindo de Martin Buber, uma outra relativização interessante da ideia de “utopia” aparece com Karl Mannheim, em 1929. Segundo o pensador alemão, um “estado de espírito” é utópico quando, simultaneamente, transcende a realidade e assume uma conduta que tende a se opor, seja parcial ou totalmente, à ordem de coisas que prevalece no momento. Nesse sentido ele é oposto ao “estado de espírito” ideológico, que, congruente ou incongruente com a realidade, tende a permanecer no nível da realização e da manutenção do *status quo*⁷.

Foi dentro do marxismo, contudo, que a utopia apareceu pela primeira vez como um conceito histórico. Herbert Marcuse chamou a atenção para o problema da utopia no marxismo, justamente num momento em que se falava no fim da utopia. O problema central para ele era o de uma crítica radical da

modernidade capitalista ou a impossibilidade de uma sociedade nova como prolongamento das velhas. Segundo ele, até mesmo Marx se manteve excessivamente ligado ao conceito de continuidade do progresso. Com isso, queria dizer exatamente que era necessário perseguir a ideia de um caminho para o socialismo que levasse da ciência à utopia e não, como acreditou Engels, da utopia à ciência⁸.

Outro problema apontado por Marcuse diz respeito à associação que comumente é feita entre utopia e ausência de condições de realização do modelo proposto, isto é, a impossibilidade de traduzir em fatos concretos o projeto de uma nova sociedade, na medida em que as condições históricas – objetivas e subjetivas – se opõem à sua transformação, por exemplo, os projetos comunistas durante a Revolução Francesa. Um outro exemplo Marcuse retira de sua própria época, quando existiam todas as forças materiais e intelectuais necessárias a uma sociedade livre. Mas o fato de não serem utilizadas deveria ser imputado exclusivamente a uma espécie de mobilização geral da sociedade, que resistia com todos os meios à eventualidade de sua própria libertação. Mas essa circunstância não bastava para tornar irrealizável o projeto da transformação.

Mais recentemente, e ainda no âmbito do marxismo, Michael Löwy buscou mostrar que, tanto para Marx e Engels como para Mannheim, a utopia era concebida como uma representação que transcende a realidade. Segundo o autor, ideologia e utopia seriam ambas uma visão social de mundo, isto é, um estilo de pensamento ou um ponto de vista socialmente condicionado. Uma visão social de mundo será utópica quando circunscrever um conjunto articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas que se oponha à ordem social vigente, propondo a realização, no presente ou no futuro, de uma nova sociedade, ou de reformas que alterem significativamente a sociedade em curso⁹.

Portanto, Löwy buscou tornar a utopia um conceito sociológico. Mas essa definição encerra alguns problemas. Antes de tudo, vincular a utopia a uma forma radical de encarar a situação presente exclui dela grande parte da literatura que se convencionou chamar utópica, como Thomas Morus, um estrênuo seguidor de Erasmo de Roterdã, que capitulou ante a propostas mais radicais de reforma, como a de Thomas Müntzer. Por outro lado, segundo essa acepção, todo socialismo seria utópico, no sentido de que é uma visão de mundo que se opõe à sociedade capitalista. O que não é verdade, já que Saint-Simon, por exemplo, não se opôs ao capitalismo industrial de sua época, embora tenha idealizado uma sociedade mais igualitária.

Boaventura de Sousa Santos, por seu lado, relacionou a pobreza das utopias no século XX a dois problemas principais. Primeiro, ela estaria liga-

da à expansão da racionalidade científica e da ideologia cientifista ao longo da segunda metade do século XIX. Depois, teria sido fortemente condicionada pela descrença generalizada, no período pós-guerra, em relação às promessas de futuro da modernidade capitalista, cujo efeito mais evidente foi, por um lado, a celebração do presente pelos pós-modernos e a idealização do passado pelos reacionários de todo tipo¹⁰. Mas, como mostramos em outro trabalho¹¹, nem a utopia é incompatível com as fantasias que a ciência alimentou para que vivesse, nem os sonhos de futuro estão imunes às construções do passado.

Isso mostra que há uma variedade muito grande de utopias – sociais, políticas, religiosas, científicas, entre outras –, de modo que dificilmente se poderia falar em utopia no singular, e de forma definitiva. Essa tipologia, no entanto, não pode ser pensada de maneira abstrata. Saint-Simon, por exemplo, apresentou muitas facetas religiosas e cientificistas em seus escritos, ao mesmo tempo que tinha uma nítida preocupação com as questões sociais de seu tempo. Comte, por seu lado, a despeito de seu cientificismo empedernido, manteve uma clara conotação religiosa em seu discurso, além de defender a melhoria das condições de vida de todos os homens. Além disso, é preciso dizer que a utopia é um determinado conteúdo que se tem expressado ao longo da história através das formas literárias mais diversas: romance, fábula, conto fantástico, poema filosófico, sátira, ensaio etc. Mas também se tem acoplado às mais diferentes correntes de ideias. Por isso mesmo é difícil pensar na utopia a partir de uma unidade conceitual explícita. Talvez seja mais conveniente pensá-la como um dado conteúdo que se tem expressado de formas variadas ao longo da história. Numa espécie de varredura de todas essas tendências, embora de forma não sistemática, Armand Mattelart destacou o conteúdo utópico dos ideais em torno da reconciliação do gênero humano em todo o globo, desde o ideal cristão da “grande família humana” dos tempos medievais até os “pastores da religião tecnoglobal”¹².

Uma forma mais abrangente, mas igualmente interessante de abordagem, é a que busca pensar a utopia como uma dada postura diante do mundo. É o que fez Boaventura de Sousa Santos ao pensar a utopia como uma exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe. Contudo, essa imaginação do novo seria sempre composta em parte por novas combinações e novas escalas do que existe. Uma compreensão profunda da realidade seria assim essencial ao exercício da utopia. Esse parece ser um dos pilares da reinvenção da utopia em nossos tempos, ligada à esperança por um mundo melhor, a partir de uma crítica realista do presente, como é o caso do lema do Fórum Social Mundial, “Um outro mundo é possível”.

Em sua “Carta de princípios”, redigida em 2001, o Fórum deixa clara sua crítica ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital, bem como seu empenho na construção de uma sociedade planetária orientada para uma “relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra”. Na busca da construção “de um novo mundo solidário”, condena tanto a violência interna, como meio de controle social pelo Estado, e a dominação e sujeição de um ser humano pelo outro, como a violência das guerras entre nações.

Tais princípios buscam refletir o que se tem passado no mundo contemporâneo, marcado pela desagregação social, violência e barbárie, em suma, o poder disruptivo da globalização capitalista. Põem em evidência ainda a recusa do pessimismo de certos intelectuais de esquerda que, a propósito dos problemas estruturais do Brasil, representam um ajoelhar-se ao velho imperativo do mercado, em seu momento neoliberal. Nesse sentido, trata-se de uma poderosa utopia de esperança no futuro, voltada para a mudança e as possibilidades de reconstrução do presente.

Em suma, a utopia é o sonho, a esperança no futuro, na mudança, na construção de outra realidade, amparada numa imaginação fecunda, mas também em certa compreensão do que existe, apesar dos condicionamentos históricos que representaram certos limites a uma crítica profunda da realidade. Este foi o caso de Fourier e Saint-Simon, por exemplo, que desejaram ardentemente uma nova sociedade, mas não viram ou não puderam ver a exploração de classe em seu seio. Ora, excetuando os mitos de fundação do país, presentes de certa forma em vários cronistas e viajantes desde os tempos coloniais, tais utopias entraram no Brasil a partir da divulgação de autores ligados às ideias dos utópicos franceses, como Saint-Simon e Fourier. Isto é, tais ideias não acompanharam o desenvolvimento histórico do país. E um dos principais resultados disso foi que as utopias no Brasil, com seu ideal de harmonia e perfeição, tenderam a uma espécie de apologia da ordem, uma visão de mundo mais conservadora que progressista, daí que se casaram tão bem com o positivismo, conforme tentaremos aqui mostrar.

A herança saint-simoniana e a ideia de “organização do trabalho” nos primórdios do movimento operário no Brasil

A expressão “organização do trabalho” foi usada pela primeira vez por Saint-Simon. Mas ela só se constituiu em uma espécie de palavra de ordem do socialismo pré-marxista durante a revolução francesa de fevereiro e junho de 1848, sob os auspícios de Louis Blanc¹³. As primeiras referências ao problema datam do período em que começaram a ser introduzidas no Brasil as ideias

dos utópicos franceses, por volta dos anos 1840. A partir de fim dos anos 1860 e início dos anos 1870, graças a certo incremento do trabalho urbano, mas também ao eco das ideias do socialismo moderno, conforme atesta um noticiário, em 1872, sobre as atividades da Internacional na América¹⁴, ele ganha um significado muito mais amplo, embora permaneça ainda fortemente influenciado pelas ideias que lhe deram origem.

A ideia saint-simoniana de “organização do trabalho” tinha por trás, de maneira embrionária, certa crítica ao sistema liberal, fundado na concorrência. O socialismo moderno também se utilizaria dessa crítica para afirmar a anarquia do sistema de produção capitalista. Mas em que contexto se movem tais ideias no Brasil?

Para entender tais posições é preciso passar rapidamente em revista a situação do trabalho no país. Até o início do século XX todos os dados apontam para uma fraca urbanização e uma incipiente industrialização¹⁵. As grandes indústrias, empregando grande quantidade de operários, eram raras. Mais comuns eram as pequenas e médias empresas, de mínima capitalização e base técnica artesanal ou semiartesanal. Após a Abolição, o movimento de proletarianização dos ex-escravos foi muito lento e complexo, restando a grande parcela deles a vagabundagem e a criminalidade, com a pretensão de manterem a aparência de “homens livres”. A classe operária industrial era uma ínfima minoria, se comparada aos empregados do comércio e das pequenas oficinas mecânicas, além de se encontrar dispersa em uma infinidade de estabelecimentos espalhados por várias cidades do país.

Não era tanto a falta de indústrias em grande proporção o que dava o tom peculiar desse período, mas a falta de uma mentalidade propriamente urbana e industrial. Fosse nas oficinas, fosse nas pequenas e médias indústrias, a sua hierarquia interna estabelecia uma rígida distinção social entre aprendizes, operários e patrões. Havia ainda a figura do chefe, uma espécie de gerente, instância intermediária entre os patrões e os operários¹⁶. O chefe, embora pudesse ser um operário, era, em geral, um bacharel, tendo “direitos especiais”, dos quais não gozavam os operários e os aprendizes, tais como aposentadoria, direito a receber quando doente, horário de almoço etc.¹⁷ A mobilidade no interior desse quadro era algo extremamente difícil, o que fazia das posições mais elevadas um forte elemento de tensão e fracionamento no interior da classe operária. Aprendizes contra operários, estes contra os chefes, mas nenhum em confronto aberto e declarado com os patrões. Além disso, os operários de diferentes profissões recusavam-se a ser nivelados por qualquer estatuto de classe. Assim, as chamadas “artes liberais” buscavam a todo custo manter a distância das “artes mecânicas”, conforme atesta o jornal paulista *O Trabalho*, editado por Manoel Falcão em 1876: “Infelizmente, na

nossa província, o tipógrafo é equiparado ao ferreiro, ao carpinteiro, ao pedreiro e a outros que exercem tais ofícios mais ou menos grosseiros”¹⁸. Essa situação explica-se porque não só o acesso às posições mais elevadas, como o próprio acesso às oficinas, sobretudo as do Estado, que eram a maioria, também dependia de certas relações de favor e não do mecanismo clássico de concorrência das sociedades capitalistas modernas.

A desagregação da ordem escravocrata e senhorial muito pouco mudou desse quadro. Isso porque a emergência de uma ordem social competitiva no Brasil foi um processo lento, com muitos entraves impostos pela sobrevivência de uma mentalidade escravocrata e extremamente conservadora, que não tendia a ver em todo homem ou mulher um indivíduo, membro de uma mesma nação e igual em direitos. Assim se explica porque, apesar de a maioria dos jornais reclamar da falta de solidariedade entre os operários e da situação pouco favorável à ascensão social dentro das oficinas e das fábricas, não havia uma crítica séria e refletida sobre a hierarquia social estabelecida.

A “nova” ordem social, apesar de baseada em trabalho formalmente livre e de se dizer conforme a democracia republicana, ainda não havia incorporado a mentalidade de uma sociedade de tipo competitiva, tendente a despojar a relação patrão–assalariado de obrigações e de direitos extraeconômicos. Em virtude disso o operário chegava mesmo a ser chamado de “criado” e o patrão de “protetor”, conforme atesta o jornal *O Mensageiro*, “órgão dedicado às classes proletárias e operárias”: “O patrão atual, nesta crise que atravessamos, deve ser o que significa a palavra patrono e protetor. O criado, pelo fato de ser pago, deve ser caprichoso em seu serviço e impor a confiança de seus patrões”¹⁹. Daí que, no período estudado, raramente se veja o operário fora das armadilhas integracionistas e associacionistas, como será mostrado adiante.

Ainda que se possa entender esse discurso como certa proposta de cidadania²⁰, é preciso ver os seus limites dentro do contexto em que se inseriu. Em nenhum momento se lutou pelos direitos dos operários em si mesmos. O jornal *O Trabalho*, em 1868, dizia que o trabalho era para todo cidadão um dever e um direito. Como dever precisava de “vigilância”, como direito precisava de “garantias”. Pouco depois ele diria ser preciso “regular” as relações entre patrões e operários, “a fim de conceder a todos”, isto é, aos patrões e operários, “suficiente garantia e proteção”²¹. Assim, direitos e deveres não eram valores universais, mas uma rígida determinação de papéis. O operário deveria ter garantia de trabalho e de remuneração, mas também “o dever de ser ativo e zeloso na feitura desse trabalho”. Apelava-se então para a imagem de uma “comunhão nacional” de esforços em prol do trabalho, dando ênfase a certos valores integrativos. O jornal *O Artista*, editado por Manços d’Asia, reclamava que os “homens do trabalho” no Brasil achavam-se “completamente decaídos”, sem “papel” no plano

da sociedade geral, sem por isso gozar “das vantagens sociais de que gozavam as outras classes”.²² Da mesma forma *O Proletário*, editado por Alexandre Satarmini, conclamava a todos os homens de “boa vontade” para “levantar o espírito nacional”, banindo da “indiferença as classes trabalhadoras”²³. *O Trabalho* dizia ser o operário uma “parte integrante do conjunto social”, enquanto a *Gazeta Operária*, editada por Mariano Garcia, falava em exclusão do operário do “grêmio social” e, alguns anos mais tarde, em artigo intitulado “A organização do trabalho”, na sua importância para o funcionamento do “maquinismo social”²⁴. Também o jornal *Echo Popular*, órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, diria ser o operário, no Brasil, “um ente separado da comunhão nacional” e, pouco depois, de sua importância para a “reconstrução da pátria”²⁵.

É preciso, porém, lembrar que os termos “trabalho” e “trabalhador” não se restringiam à classe operária. A própria ideia de “comunhão nacional” é em si muito significativa. Assim, num mesmo movimento, o jornal *O Artista* conclamava os operários para o trabalho, reclamava um maior desenvolvimento da indústria e fazia apologia do progresso. Pouco depois, em artigo intitulado “Culto ao trabalho”, diria ser a indústria o maior fator de independência de um país e o trabalho um dos elementos de sua riqueza, sendo dever de “todos os cidadãos que compreendem o valor das artes e da indústria e que têm patriotismo” zelar por sua autonomia²⁶. Daí que a “proteção” da produção nacional fosse também entendida como “garantia” de trabalho para o operário²⁷. *O Brasil Operário*, órgão dos operários gráficos do Rio de Janeiro, também se utilizaria dos termos “proteção” e “garantia”, como sinônimos de direito, para se referir, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento “das artes e da indústria” e ao “engrandecimento da nação”²⁸. No mesmo tom falava *O Corsário*, acrescentando que a solução do “problema social” seria a solução da “questão do trabalho”, “que se impõe do mesmo modo, com o mesmo interesse para o desenvolvimento da nossa indústria e da nossa riqueza”²⁹.

Quem, porém, falava em “comunhão nacional” também queria dizer “comunhão de classes”. Assim, o jornal *O Artista* reclamava do “egoísmo”, da “indiferença” e da “separação das classes”, que parecia “desagregar” a sociedade e colocar no atraso “as artes e a indústria”³⁰. Mais interessante nesse caso é o artigo do redator Manços d’Asia, do jornal *O Trabalho*, em que se analisa o “direito de propriedade”. Começa citando Proudhon e sua avaliação da propriedade como roubo. Mas acrescenta que isso assim se dá porque não há harmonia entre patrões e operários. Pouco depois, o mesmo jornal diria que o “corpo social”, tal como um organismo biológico, é composto de “partes dessemelhantes, cada qual destinada ao exercício de um mister diferente” e que todas essas partes, tendo uma ação particular que lhes é própria, “têm igualmente uma ação geral, no interesse do todo”. Usa ainda uma analogia

planetária, falando de movimentos de “rotação e de translação dos corpos”, isto é, das classes³¹.

Assim também pensava ser para o “corpo social”. Nesse sentido era preciso realizar uma “fusão de todos os elementos heterogêneos”³², única maneira de solucionar o “problema social”, causado pela desagregação das classes. Nesse processo, um papel especial caberia a cada um dos elementos do todo homogêneo de que fariam parte. Aos operários caberia a união interna e o coleguismo, aos patrões a tarefa de tornar os operários um associado nas suas empresas, “moralizando as funções do capital e considerando o trabalho como fator de utilidade geral”, e aos governos a reforma da legislação, de maneira a proteger tanto a indústria quanto o operário. E acrescenta: “Na indicação dessas reformas, penso que não se deve cogitar de operários, patrões e governos, mas sim agir-se em prol da humanidade, que tudo deve ao trabalho”³³. O *Echo Popular* diria, por seu lado, que “no drama do mundo chocam-se continuamente dois elementos difíceis de harmonizar: o interesse do indivíduo e a causa da pátria”³⁴.

Indivíduo, família, pátria, humanidade, eis a ordem social almejada pelos socialistas a partir dos anos 1870 no Brasil. A *Tribuna do Povo*, editada por João Arzua, defendia-se das críticas a ela feitas por “alguns espíritos regressistas”, dizendo que, apesar de socialista, não pregava “doutrinas subversivas às instituições e aos poderes legais”³⁵. Alguns anos mais tarde, o jornal *Echo Popular* informava aos seus leitores que “o Governo Provisório não se assusta com o movimento da classe operária por ver nela a garantia de sua própria estabilidade”³⁶. Dizia ainda que a “classe operária procede com o mais firme propósito de concorrer para a manutenção da ordem, para a prosperidade e riqueza da nação”, acreditando que da mesma forma “pacífica e harmônica” com que foram resolvidas as outras duas “questões sociais”, isto é, a Abolição da escravidão e a proclamação da República, também seria resolvida a “questão operária”, isto é, a “regeneração do trabalho”. Mais enfático ainda seria *O Artista*: “Nossa missão é de paz, respeito aos poderes públicos, porque só à sombra da ordem e do progresso é que se desenvolverá o trabalho”³⁷. Chegava-se mesmo a não ver qualquer incompatibilidade entre socialismo e nacionalismo. Alcindo Guanabara, conhecido jornalista da época, diretor do jornal *A Nação*, do qual eram redatores também Manoel Bomfim e Vicente de Souza, dizia, em 1903: “A Nação é socialista, nacionalista e protecionista”³⁸.

A par com esse anseio por uma ordem perfeita estava a ideia de disciplinar o trabalho. José Augusto Vinhaes, uma das importantes lideranças dos operários do Rio de Janeiro, afirmava estar de pleno acordo com o governo quando este dizia que sua primeira tarefa devia ser a de “moralizar o princípio da autoridade” e aprofundar entre os operários o sentimento do dever, conso-

lidando “em todos os serviços a mais séria disciplina”³⁹. Com essa ideia parecia concordar o *Brazil Operário*, ao dizer que “o operário deve ser moderado e obediente”. A seguir, pedindo paciência aos operários, acrescentava o jornal que eles não deveriam se deixar levar, “nos momentos em que periclitam a estabilidade e o bom funcionamento do progresso da engrenagem social”, pelos “elementos de desorganização”. “Quando um país envereda pelo caminho da evolução”, dizia ainda, “aparecem acidentalmente elementos que procuram antepor-se-lhe, mas é preciso que seja vencida essa resistência, para que o trabalho útil se realize”⁴⁰. Com a mesma ênfase falaria o jornal *A Nação*: “*A Nação* combaterá ardentemente as agitações das ruas, as perturbações da ordem pública e os movimentos revolucionários”⁴¹. Daí que capital e trabalho não fossem encarados como coisas opostas, mas complementares, que se deviam harmonizar, para o bom funcionamento do todo social⁴². Chegava-se mesmo a apelar para o ultraconservador Joseph de Maistre: “Há talvez meio século que o célebre publicista francês Joseph de Maistre escreveu a seguinte profecia: ‘*Tout annonce je ne sais quelle grande unité vers laquelle nous marchons à grands pas*’”⁴³.

Para a disciplinarização do trabalho um elemento de fundamental importância era a educação. Já em 1868 o jornal *O Trabalho* chamava a atenção para a necessidade de instrução elementar e profissional. Por esta época a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional havia criado uma escola noturna, voltada para operários e filhos de operários. Mas instruir não era, nesse tempo, sinônimo somente de transmitir conhecimentos práticos que visassem um melhor aperfeiçoamento do trabalho, mas também “moralizar”. Assim, dizia o jornal que as escolas noturnas tinham por objetivo “cultivar o espírito e fortalecer os sentimentos morais, seguros penhores da ordem social”⁴⁴. No mesmo sentido, diria o jornal *O Futuro*, editado por Florindo Ferreira de Aguiar, que era a instrução que mostrava o limite dos deveres que cumpre aos operários desempenhar e que a sua ausência tendia a gerar o indiferentismo com o desenvolvimento das artes e da indústria. E concluía: “Levantem-se como um só homem, não para fazer motins, mas para aprender”⁴⁵. Essa insistência dos jornais na questão da educação explica-se pelo fato de que era a imprensa, ao lado das escolas noturnas, um dos principais órgãos de disciplinarização da classe operária. Daí concluir-se que somente instruídos poderiam os operários ser “incorporados na sociedade moderna”⁴⁶. Em 1904 seriam criados o Centro de Estudos Sociais e Ensino Mútuo e a Universidade Popular, por iniciativa do anarquista carioca Fábio Luz. Esta última, além de possuir uma biblioteca, onde se encontrava grande parte dos jornais nacionais e estrangeiros, bem como livros e panfletos, oferecia alguns cursos: de Filosofia (ministrado por Pedro Couto), de Higiene (por Fábio Luz), de História Natural (por Platão de

Albuquerque), de História das Civilizações (por Rocha Pombo) e de Geografia (por Pereira da Silva). Havia ainda consultório médico e jurídico para os operários. Em sua inauguração, Fábio Luz esclareceu que os termos “patrono” e “protetor”, aludido por um outro jornal como sendo o significado primordial da palavra “patrão”, não eram restritos ao patronato, mas que também um qualificativo de todos aqueles que desejavam falar em seu nome⁴⁷.

Dado o forte teor moral da ideia de educar, era comum usar-se também o termo “evangelizar”, como seu sinônimo⁴⁸. No mesmo sentido falava-se ainda em “evangelho das artes e da indústria” ou em “culto ao trabalho”, ou ainda em “religião do trabalho”. A esse respeito diria o jornal *O Artista*: “As artes e a indústria também têm o seu templo. Entre nós têm elas falta de apóstolos, embora tenham tido sacerdotes. Para que elas prosperem, é mister que façamos aparecer o culto externo”⁴⁹. Também se falava do trabalho como a nova “religião do progresso”. Toda esta fraseologia tinha uma origem comum, o positivismo e o saint-simonismo. Assim, o jornal *Echo Popular* destacava em suas páginas, em 1890, as principais “máximas da religião da humanidade”, sob a rubrica “Viver para a humanidade”, que tinham por objeto o “momentoso problema social do proletariado”. Da mesma forma, o jornal *Brazil Operário*, a propósito do 1º de Maio, destacava a “grande veneração” que tributava “ao trabalho, o qual talvez, em breve, constitua um culto, ou a verdadeira religião da humanidade”⁵⁰.

Essa disciplinarização do trabalho dentro do discurso socialista tinha, porém, um sentido muito preciso, em termos de origens teóricas. O jornal *O Trabalho* dizia, em 1870, que a educação fazia “desenvolver as forças morais, conhecer a resignação, a sobriedade, o amor ao trabalho e a vergonha da ociosidade”⁵¹. Diria ainda aos operários, nove anos mais tarde, que não buscassem imitar os “parasitas”, que querem consumir sem nada produzir⁵². Devido à permanência das ideias utópicas e à forte influência do positivismo, acreditava-se que o Brasil estava passando por um processo de transição do “regime militar” para o “regime industrial” e que era preciso por isso dar combate ao seu principal inimigo, a “classe parasitária”. E dentro desta, a que parecia mais perigosa para a ordem social almejada era, sem dúvida, a dos “políticos”. Em sendo assim, o Estado deveria, pouco a pouco, ceder lugar a uma “administração das coisas”, conforme queria Saint-Simon, constituindo um governo mais justo, porque mais científico e neutro

Entre clubes, associações de classe, instituições beneficentes e partidos operários

Como este estilo de pensar se refletia no agir? No início dos anos 1870 a Associação Internacional dos Trabalhadores já era conhecida no Brasil e

seus relatórios, ao que tudo indica, lidos. O jornal *O Futuro*, em sua seção de “Notícias”, anunciava: “A Internacional vai trabalhando com grande atividade – diz o relatório último do Conselho Geral”⁵³. Contudo, as diferentes agremiações, pretensamente operárias, que começaram a formar-se por essa época nada tinham a ver com o programa e a ação dos socialistas marxistas. O que existia era o associacionismo, o clubismo e o espírito mais geral da filantropia. Tratava-se de atenuar as diferenças sociais e, utopicamente, propor uma organização social harmoniosa, em que todos – operários, capitalistas, intelectuais – agiriam em prol do trabalho útil, considerado de maneira abstrata e não como “trabalho social”⁵⁴.

As associações ou sociedades protetoras do trabalho podiam ser de vários tipos. A ideia mais comum a todas elas era a de que isoladamente nada era possível fazer, enquanto unindo esforços muita coisa podia ser feita em prol da organização do trabalho e do desenvolvimento da indústria nacional. Unir esforços significava precisamente suprimir todo e qualquer conflito de classe. A Associação Reunião dos Expositores da Indústria Nacional, cujo órgão na imprensa era o jornal *O Trabalho* (1868-1873) e que tinha por finalidade desenvolver a “solidariedade industrial” ou do “trabalho”, é um exemplo do que se está a falar. No mesmo sentido, o jornal *O Artista* chamava a atenção para a “força da associação”, a fim de levar adiante certos empreendimentos de grande vulto, como a construção de uma estrada de ferro, por exemplo⁵⁵. As associações de capital – “banco industrial”, “banco do povo”, “banco dos operários”, e várias outras – eram as mais frequentes, nesses casos. Pensava-se nelas não apenas como uma forma de organizar o crédito e proteger a indústria, mas também como um meio de ascensão social, conforme é possível perceber nas palavras do jornal *O Proletário*: “Se o operário fizesse um pequeno cálculo do que inutilmente despende, de certo que não acharia impossível a realização da máxima do marquês de Maricá: ‘que com economia e trabalho não é rico quem não quer’”⁵⁶.

As associações podiam também ser de ofício ou profissional, também conhecidas como “associações de classe” ou “corporações”, por exemplo, a Associação Tipográfica Paulistana, fundada em 1876, ou a Associação Tipográfica Serafim José Alves, do Rio de Janeiro, fundada em 1879. Podiam ainda, mais raramente, congregar vários ofícios, como a Associação Nacional dos Artistas Brasileiros – Trabalho, União e Moralidade, fundada em 1881. A euforia em torno delas é bem patente nas palavras do jornal *Echo Operário*, em 1884: “Agremiados os diferentes grupos representantes das diversas artes tudo teremos conseguido”⁵⁷. Podiam reunir-se para tentar maior audiência junto ao governo, no sentido de obter medidas protetoras do trabalho, para organizar escolas noturnas ou simplesmente para criar fundos de reserva, a

fim de melhor se ampararem em caso de doença ou velhice. Em todos esses casos, era o espírito da beneficência e da filantropia que os reunia:

Os governos são obrigados a fazer quanto estiver ao seu alcance para socorrerem o homem laborioso que se vê reduzido à miséria. Parece-nos que o modo mais fácil de conseguir este fim seria estabelecer em cada municipalidade um asilo de beneficência que socorresse, conforme as circunstâncias, os operários.⁵⁸

Entre todas as associações existentes por essa época a mais importante foi, sem dúvida, a Liga Operária, fundada no Rio de Janeiro, em 1872, por Ferro Cardoso, Pedro Américo e Octaviano Hudson, diretores do jornal *O Futuro*, o mesmo que fazia em suas páginas rasgados elogios a Robert Owen e publicava em capítulos *O livro do povo*, de Hughes de Lamennais. Além dos aspectos gerais das associações anteriormente ressaltados, a Liga também buscou fortalecer, entre aqueles que julgava representar, a ideia de que deveriam colocar no parlamento homens que defendessem o trabalho. Em reunião havida no dia 1º de setembro buscou-se indicar os nomes de Ferro Cardoso, Araújo Porto-Alegre e Saldanha Marinho para a disputa eleitoral do dia 15 do mesmo mês. Agradecido pela indicação de seu nome, este último, conhecido republicano e liberal, fez um longo discurso, em que ressaltou a importância de “se pleitear a eleição no seio da classe operária”. Mas, mesmo nesse caso, era o espírito geral da beneficência e da filantropia que guiava esses homens: “Finda a alocução do ilustrado artista (Pedro Américo), a sessão tornou-se muito animada, não se chegando a tirar conclusão alguma, e ficando bem patente que a Liga Operária não se arreudou dos seus princípios da caridade e do progresso”⁵⁹.

Em 1877 o jornal *O Proletário* reclamava a criação de um “club político”, onde os operários pudessem discutir assuntos de interesse da “classe” e apon-tassem nomes para os representar no parlamento, lamentando-se do excessivo número de sociedades beneficentes que, embora necessárias, pouco podiam fazer pela causa operária, graças à “falta geral de capitais”. Seria, no entanto, contrário às greves, como o seriam todas as demais associações do mesmo gênero, por considerá-las um óbice à organização do trabalho⁶⁰. Em 1879 o Clube Socialista, inspirado na Liga Operária e dirigido por Ernesto Castro, indicaria “para deputado pelo município neutro” uma chapa composta essencialmente por membros do Partido Liberal e elogiaria a atuação em prol “das classes operárias” do vereador Saldanha Marinho⁶¹. O clube tinha ainda uma atuação muito parecida com a dos clubes republicanos, dando grande peso à organização de conferências e proclamações. Outra semelhança era que, apesar de republicano, abdicava de qualquer radicalismo contra a monarquia, preferindo, à ideia de revolução, a de evolução pacífica e ordeira.

Julio Ladislau e Manços d'Asia, ex-membros da Liga Operária, tentaram criar uma outra associação de mesmo tipo em torno do jornal *O Trabalho*, em 1879, o Grande Centro Operário. Segundo a sua concepção, a classe operária, tal como os organismos biológicos, era composta de “partes dessemelhantes, cada qual destinada ao exercício de um mister diferente”, mas “ligadas pelas mesmas precisões”. E assim como os organismos biológicos tinham um órgão central, que comandava as demais funções, também a classe operária deveria ter “uma sociedade central, servindo de cabeça, com muitas sociedades municipais subdivididas em clubes paroquiais”. A sociedade central, devendo estar dividida “em tantas classes quantas fossem as profissões existentes”, pugnaria pela criação de estabelecimentos de ensino “profissional e moral”, de “oficinas mantidas pelo Estado” e de bibliotecas públicas em todo o Brasil⁶².

Florindo Ferreira de Aguiar, outro ex-membro da Liga Operária, juntamente com José F. da Veiga, tentou criar, em 1883, em torno do jornal *Gazeta Operária*, uma outra associação de mesmo tipo, O Clube dos Proletários.

Em 2 de setembro do mesmo ano o torneiro mecânico Francisco Juvêncio Saddock de Sá dirigiu um ofício “aos membros do Clube dos Proletários”, do qual fazia parte. Nesse documento ele fala da família e do trabalho como bases fundamentais do edifício social e termina conclamando os operários a lutar pela “unidade das classes”, “unidade não só dos capitais como de todas as ideias de aperfeiçoamento e atividade”. Já se viu que essa busca obsessiva da unidade social foi não só um apanágio das ideias dos socialistas utópicos, como também do próprio Comte. Em nova circular, dessa vez dirigida “às associações da Corte”, em outubro, Saddock de Sá, fazendo parte de uma comissão de doze pessoas, defendia a realização de um “congresso de operários, artistas e industriais de todas as cores, sexo e nacionalidade” para a constituição de uma “Fusão Operária”, cujo fim seria o “congraçamento” de todas as instituições, congregações, associações, sociedades, grupos, clubes “e mais frações e facções em que predomine a tríplice classe (operária, artística e industrial) ao alevantamento do grande edifício da unidade social ou ecletismo”. Segundo tal sistema, bem ao gosto do estilo eclético de pensar, seria aproveitado e especializado tudo que já estivesse criado e estudado, “sob um regime tal que o interesse seja espontâneo e geral”. Informou ainda que o começo desses trabalhos estava marcado para novembro e que o seu “programa” já havia sido submetido à apreciação do Corpo Coletivo União Operária de Niterói e da Assembleia dos Operários dessa mesma cidade. Ainda no mês de novembro uma comissão do Corpo Coletivo União Operária concedeu resposta a Saddock de Sá, atestando que a sonhada Fusão Operária tanto tinha de útil quanto de impossível para o momento. Ela teria de útil e desejável o fato de consagrar a “fraternidade universal”, mas esbarraria sempre no extre-

mo individualismo e egoísmo das “classes” no Brasil. Por outro lado, o parecer da comissão nomeada pela Assembleia dos Operários começou citando o “dr. Robinet em seu *Précis de philosophie positive*” e termina aprovando “com louvores” a ideia de Saddock de Sá.

Embora viesse a perdurar ainda por longos anos, a atuação da Liga Operária e suas congêneres no plano político foi insignificante. José Antunes de Carvalho, um dos poucos membros que permaneceria fiel até o fim, diria, em 1892: “Essa associação deixou de ser política em 1875 e ainda hoje existe à rua da Carioca, número 63, mas simplesmente como sociedade beneficente – e a ela ainda estou ligado”⁶³. A palavra “política” aqui, dita com certo exagero, refere-se ao entusiasmo inicial pela ideia de apoiar candidatos liberais e republicanos ao parlamento, como pretensos representantes da classe operária, o que nunca chegou a ter resultados concretos. Continuou a prevalecer, como traço marcante, a filantropia de pequenos grupos e as ideias dos utópicos franceses.

A ideia da Liga Operária, como também a da “Fusão Operária”, teria continuidade com as diversas tentativas de constituir um “partido operário” ou “partido socialista”, a partir de 1890. Antes de tudo é preciso dizer que tal partido jamais chegou a existir concretamente durante o período estudado. Além disso, se alguns elementos dos partidos políticos modernos se encontram em sua concepção, predomina ainda o espírito do clubismo e do associacionismo. Na origem de todo partido político está a organização permanente de um grupo social unido por uma identidade de opiniões acerca da vida política e uma constante mobilização dos interesses desse grupo. Mas não é exatamente isso o que se observa durante os primeiros anos em que se tentou formar um “partido operário” no Brasil.

Por iniciativa do jornal *Voz do Povo*, reuniu-se, em 26 de janeiro de 1890, sob a liderança de Maurício José Velloso, José F. da Veiga, Gustavo de Lacerda, Luiz da França e Silva, Francisco Juvêncio Saddock de Sá e José Augusto Vinhaes, “grande número de operários de diversas classes trabalhadoras, com o fim de organizar o partido operário brasileiro”. Deliberou-se convocar nova reunião para 9 de fevereiro⁶⁴, mas três dias depois Vinhaes antecipa-se e realiza nova reunião no salão do Liceu de Artes e Ofícios. Saddock de Sá propõe a realização de um “congresso operário”, enquanto França e Silva e José Francisco Soares insistem na ideia da organização do partido. Imediatamente a seguir, no dia 1º de fevereiro, França e Silva, Gustavo de Lacerda, João Ribeiro de Magalhães, José F. da Veiga, Francisco Ortiz e Lourenço de Oliveira convocam uma outra reunião, a ser realizada no salão da Sociedade Musical Aurora de São Domingos, em Niterói. A partir daí os desacordos pessoais só tenderiam a crescer. Em 7 de fevereiro, Saddock de Sá e José Francisco Soares acusavam o positivista José Leão, ligado a França e Silva, de tentar convencê-

los de que iam “em mau caminho acompanhando o tenente Vinhaes, visto este não pertencer à classe”⁶⁵. Um dia depois Vinhaes acusava França e Silva e seu grupo de estarem entravando “a marcha triunfante e civilizadora da república”, enquanto este, lembrando a sua atuação desde 1888 na *Revista Tipográfica*, órgão do tipógrafos do Rio de Janeiro, reclamava para si o direito de ser eleito “chefe” do partido, aproveitando também para negar suas pretensas relações com o grupo da *Voz do Povo*, editada por Gustavo de Lacerda. No dia seguinte, antes da tão falada reunião, François Seul, aliado de Vinhaes, declarava em nota estar “iminente a divisão da classe operária na organização do partido”, enquanto José Francisco Soares apresentava a chapa encabeçada por Vinhaes, na qual se encontravam, além dos já citados: José Dias de Carvalho Nery, Bento José Ribeiro, Manoel Francisco da Trindade, Virgílio Ferreira Borges e Manoel José Pereira.

O dia 9 chegou com o grupo profundamente dividido. Foram realizadas duas assembleias, divididas em cinco grupos. No teatro Recreio Dramático reuniu-se o grupo de Vinhaes, enquanto no Phenix Dramática disputavam a chefia do partido os grupos de França e Silva, Joaquim Dias da Silva, Bittencourt da Silva e Garcez Palha. Vinhaes, juntamente com Saddock de Sá e Maurício Velloso, iria formar o Centro do Partido Operário, ao qual aderiria Dias da Silva, após tentativa de formar um Congresso Operário ou Congresso Manufatureiro. Inspirados em Proudhon, Vinhaes e seu grupo fundariam ainda o Banco do Povo⁶⁶. Outro que estaria ao lado de Vinhaes, mas que passaria depois para as fileiras de França e Silva, seria Evaristo de Moraes, correspondente, no Rio de Janeiro, do jornal *Gazeta do Povo*, de São Paulo, editado por Lauro Sodré. Ao grupo de Vinhaes adere ainda José Cascão, “chefe” do partido operário em São Paulo. Bittencourt lutaria pela fundação de uma Federação Operária; e ao lado de França e Silva, na tentativa de formar o partido, estariam Francisco Ortiz e Francisco Pereira de Lacerda, entre outros.

A onda de acusações mútuas que se segue na imprensa e o vaivém de integrantes e de grupos formados não deve ser levada muito a sério. No fundo delas está uma só questão: a “chefia” dos operários. França e Silva não tinha nenhuma incompatibilidade de ponto de vista com Vinhaes, nem com qualquer outro grupo, embora o acusasse de ser mais “amigo” dos republicanos do que dos operários. Isso fica nítido quando o tipógrafo declara que Vinhaes seria muito mais “útil” defendendo os operários no parlamento do que como seu “chefe”. Não havia confronto significativo de ideias e, no fundo, todos tinham uma mesma visão geral das coisas, marcada pelo “socialismo utópico” e pelo positivismo. É significativo que França e Silva use como sinônimo de “chefe” a palavra “patrono”, que, como foi visto, também era usada para se referir aos patrões. Essa associação evidencia-se quando, desistindo momentanea-

mente da briga, ele resolve indicar como o chefe perfeito “o cidadão Roberto Kinsman Benjamin”, por estar apto a “colaborar”, “patriótica e desinteressadamente” com os operários. Benjamin reunia ao mesmo tempo as qualidades de “artista”, por pertencer à “classe musical”, e de industrial, por ser gerente de “uma grande companhia, na qual se emprega grande número de cidadãos trabalhadores”, a New York Life Insurance Company. Fazia parte dos planos de Benjamin constituir uma associação de patrões e operários, “segundo os moldes” da companhia de que era gerente, “mas de maneira a ficar ao alcance de todos os trabalhadores”. Esta “associação industrial” seria, segundo seus idealizadores, “o melhor modo de manter a harmonia entre capital e trabalho”, pois os operários, “compreendendo que a sua parte dos lucros dependia do bom resultado do seu trabalho, não se deixariam contaminar pela indolência e tratariam de evitar toda perda de tempo e de material”. Além disso, “não mais teriam razões de ser as greves, porque os trabalhadores seriam sócios de seus patrões”⁶⁷. Ela espelhava-se no exemplo do Centro Industrial do Brasil, uma associação industrial e de auxílios mútuos, que tinha por fim “promover a instrução”, mas também apresentar nas “eleições populares” candidatos que representassem os “trabalhadores”⁶⁸.

Esses dois exemplos são muito importantes para entender a concepção vaga que se tinha de partido. Benjamin era tido por França e Silva, numa verdadeira imagem paternal, como o “chefe acariciador dos direitos operários”. Daí que fosse muito comum o uso da expressão “família proletária”. No mesmo tom, os estatutos do Centro Industrial do Brasil diziam que o bom governo do país devia ser o reflexo do governo da “família bem constituída”, com o “chefe” exercendo a “missão dos pais” e a dos administrados a dos filhos, “numa perfeita confraternização”.

Essa imagem segura da ordem e da hierarquia fica também expressa na posição que os diferentes grupos mantinham em relação ao governo e ao *status quo*, já que a pátria era uma extensão da família. Em março de 1890 o *Echo Popular*, de França e Silva, defendia-se da acusação do *Diário de Notícias*, editado por Gustavo Lacerda, de que o “novo partido” estaria ligado ao socialismo alemão, tido como revolucionário, apesar das repetidas notícias das vitórias nas urnas do Partido Social Democrata, da Alemanha. Pouco depois ele deixava claro que não defendia um “socialismo perigoso”, mas “patriota”, amigo da “indústria” e da “propriedade” e que a sua intenção era “prestar um grande auxílio aos governos da República dos Estados Unidos do Brasil”. E aproveitaria para criticar a ação dos que não queriam a organização do trabalho, mas apenas a desordem: “Greves, paredes, levantamentos e outros tantos elementos reacionários, são os meios de que estão lançando mão os inimigos do partido operário”⁶⁹. É notória nesse caso a declaração de França e Silva so-

bre as intenções de seu grupo: “Nós não constituiremos um partido especial no país; nos corpos onde tivermos representações estaremos ao lado dos que mais próximos estiverem de nós”. E no mesmo tom de advertência aos patriotas, fazia questão de afirmar que “partido operário não significa governo dos operários”⁷⁰. Daí que o programa previsto para o partido, inspirado em parte no programa do Partido Socialista Português, não incluísse em suas cláusulas a conquista do poder político, mas, ao contrário, enfatizava a necessidade de criação de um “tribunal arbitral” composto por patrões e operários, a fim de “julgar todas as questões suscitadas, evitando assim greves ou outros distúrbios, que são altamente dispendiosos e servem somente para esbanjar os recursos econômicos que são o sangue e a vida das comunhões industriais”⁷¹.

Essa concepção estava profundamente marcada pela visão positivista da sociedade como um organismo composto de diferentes funções, que se deviam harmonizar para melhor funcionarem. Vinhaes, defendendo-se das acusações do *Diário de Notícias*, segundo as quais ele teria usado, durante a reunião do dia 9 de fevereiro, “expressões pouco lisonjeiras aos positivistas e à sua doutrina”, ao referir-se ao grupo de França e Silva, embora dizendo preferir Saint-Simon, enfatizava sua admiração e acolhimento dos ensinamentos de Comte⁷². Medeiros e Albuquerque, simpático ao grupo de Vinhaes, acrescentava que a única maneira de acabar com a concorrência e o egoísmo que marcavam as “células sociais” era o estabelecimento de um “regulador central – um coração social, por assim dizer”, isto é, o partido operário, que vigiaria “pelas necessidades de cada um” e harmonizaria a “distribuição” dos bens⁷³. O próprio Centro do Partido Operário parecia estar estreitamente ligado ao Apostolado Positivista. O operário mecânico José Antunes de Carvalho, amigo de Vinhaes, lembrava, em 1892, o ponto de partida importante dado pela conferência do positivista Raimundo Teixeira Mendes, no Teatro Phenix Dramática, em dezembro de 1889, que depois viria a ser transformada numa petição ao governo provisório, sob o título “Incorporação do proletariado na sociedade moderna”. Ele indicava ainda a todos os operários “as conferências públicas sistemáticas aos domingos ao meio-dia, à sede do Apostolado Positivista” e dizia que os meios políticos, isto é, eleitorais, eram incapazes de resolver o problema social se não estivessem fortemente amparados em “princípios morais”, conforme havia ensinado Comte. Acrescentava ainda que a sua “profunda convicção” baseava-se no conhecimento que tinha de “mais de um padrão inspirado nas ideias positivistas”.

Para além do fato de comungarem a doutrina positivista, os diferentes grupos dispersavam-se a cada passo, ao longo do período estudado. Formavam ligas – Centro Coletivo Liga Operária de Pernambuco, Centro Coletivo Liga Operária do Rio de Janeiro, Liga dos Artistas Alfaiates do Rio de Janeiro,

Liga Operária Italiana, Liga Operária de Pelotas, Liga Federal do Empregados de Padaria, Liga Operária, de Ferro Cardoso, ainda existente por essa época, entre inúmeras outras –, clubes – França e Silva fala na criação de cinquenta, só no ano de 1890, no Rio de Janeiro⁷⁴ –, associações beneficentes – o jornal *Futuro Popular*, editado por Aprígio Alves de Mendonça, dá uma lista com mais de vinte só na cidade do Rio de Janeiro⁷⁵, sendo de se marcar que o próprio Vinhaes estava ligado a uma, a Sociedade Franzini –, bolsas do trabalho, associações de auxílios mútuos, associações de tipo cooperativa, entre muitas outras. Os próprios partidos também mantinham este padrão dispersivo e confuso, a começar pelo próprio nome, umas vezes chamado, de maneira genérica, de “partido operário”, outras de “Partido Operário”, com maiúscula. Isto é um reflexo da indecisão quanto à real existência do partido entre seus próprios fundadores, além de haver muita especulação a respeito do assunto na imprensa.

Mesmo dentro do próprio Rio de Janeiro, para não falar de outros estados, não havia um partido operário único. Havia o Partido Operário Niteroiense, também conhecido como Partido Operário do Estado do Rio de Janeiro, cujo chefe era, primeiramente, França e Silva e, depois, Francisco Ortiz, o Partido Operário de São Cristóvão, chefiado por Francisco Pereira de Lacerda, o Partido Operário Resendense, o Centro do Partido Operário, chefiado por Vinhaes, e assim por diante. Além disso, até 1910 seriam criados ao menos uma dezena de partidos operários diferentes, além dos centros, ligas etc. Além dos já designados, havia, por exemplo, só no Rio de Janeiro, o Partido Operário Brasileiro (1893), o Partido Operário Socialista (1895), o Partido Operário Progressista (1900), o Partido Socialista da Capital Federal (1902), o Partido Operário Socialista (1909), entre outros. Falava-se, até, na criação de um jornal, dirigido por Augusto Lansoni e João Cândido Teixeira, que seria “o centro do partido socialista na América”⁷⁶. É óbvio, a essa altura, que as designações “brasileiro”, “Capital Federal”, “centro” nada significavam. Às vezes eram usadas as palavras “diretório” ou “federação”, para se referir aos partidos em cada localidade, dando a impressão de um movimento unificado, mas o que havia era uma miríade de clubes, com seus chefes locais, sem qualquer conexão entre si e sem funcionamento organizado e ideologia própria.

Os programas dos partidos são um capítulo à parte dessa história. Em 11 de fevereiro, dois dias após a comentada reunião do dia 9, o jornal *Correio do Povo*, editado por Vicente de Souza, divulgou um “programa do partido operário recentemente criado”⁷⁷. Mas após a referida “ata de instalação do partido”, em março, França e Silva negava uma nova divulgação do programa, feita dessa vez pelo jornal paulista *Gazeta do Povo*, dizendo que ele ainda não havia sido criado, fato curioso, já que o partido já havia sido declarado como formalmente existente. Antes da divulgação oficial do programa por França

e Silva, seriam apresentados vários outros, como exemplos a serem seguidos, como o do Partido Operário de São Paulo, do Partido Operário do Rio Grande do Sul e do Partido Socialista Português. Além disso, era comum fazerem-se diversas divulgações do mesmo programa, com alterações não especificadas. A par de tudo isso, a concepção de partido que se tinha estava longe da concepção de partido socialista moderno, com programa definido e funcionamento contínuo. Isso levou a que muitos jornais assumissem também a função de partido, criando os seus próprios programas. Foi o caso do jornal *A Nação*, “órgão radical independente”, que divulgou, em seu primeiro número, um programa com 14 pontos essenciais, que coincidem, quase integralmente, com os dos demais partidos: “reabilitação do trabalho”; “defesa das classes produtoras”; “regulamentação do trabalho pelo Estado”; “leis protetoras do trabalho em geral e das crianças e mulheres, em particular”; “aposentadoria e montepio para todos os operários” etc.⁷⁸

Assim como havia partidos que eram criados e só depois de muito tempo apresentavam um programa, havia também o contrário, aqueles que primeiro estabeleciam um programa para depois criarem um partido. Assim se deu com o partido de Tancredo Leal, diretor do jornal *Tribuna do Povo*. Tendo apresentado um programa em 1896, somente em 1900 ele divulgou a ata de instalação do Partido Operário Progressista Brasileiro. Após provocar os demais “chefes”, acusando-os de “má orientação”, Tancredo Leal apresenta a sua definição do partido recém-criado, que fala quase tudo sobre a concepção que dele se tinha na época: “O Partido Operário Progressista é a instituição beneficente e política dos operários e artistas brasileiros”⁷⁹.

Nutrido desse mesmo espírito filantrópico, Saddock de Sá retomou, em 1901, seu projeto de realizar a “fusão operária”. Em um panfleto intitulado *Considerações gerais sobre a unidade social dos povos*⁸⁰, o autor declarava que “o verdadeiro sistema social” ainda estava longe de ser atingido, mas que muitas coisas já se achavam feitas, restando apenas estabelecer “a unidade entre todas”, a fim de que tivesse “aplicação universal” e concorresse “para a felicidade de todos”. “Cientificamente”, diz Saddock de Sá, “pensam neste grande problema: Charles Fourier, Victor Cousin e A. Comte, e todos os seus postulados têm um alcance universal”. Entendia-se por “unidade social” “a constituição do mundo social orgânico, no qual tudo se prevê e no qual o interesse é geral e espontâneas as dependências recíprocas”. Entre o que já havia sido feito e que deveria ser aproveitado pelo novo “sistema social” achava-se: “unidade metrológica (sistema métrico decimal)”, “unidade científica (leis sobre os três reinos naturais e fenômenos em geral)”, “unidade filológica (língua francesa)”, “unidade nacional (a pátria e o mundo)”, “unidade de condição (liberdade individual)”, “unidade política (sistema republicano)”, “unidade econômica (tra-

balho geral e retribuições proporcionais às responsabilidades de cada um)” e “unidade postal (legislação universal entre correios e telégrafos)”.

Saddock de Sá enumerava ainda uma série de reformas que deveriam ser implementadas a fim de se chegar a essa “ordem social perfeita”. No plano político, seriam necessárias as seguintes mudanças: voto direto universal, mas facultativo à mulher; uniformidade em todos os ramos da administração, tais como corpo militar único, secretaria geral de governo, sistema único de impostos, regimento único para todos os funcionários do Estado etc. No plano social seria preciso criar um sistema geral e uniforme de ruas, edifícios, meios de transporte, que melhorasse a salubridade e a circulação de pessoas pela cidade; instrução obrigatória; emancipação da mulher aos 20 anos; promover o trabalho, dar repouso, criar distração e fazer a retribuição de qualquer trabalho etc. Mas apesar da obsessão pela uniformidade, tal como em Comte, Saddock de Sá pretendia que a retribuição do trabalho fosse feita de acordo com “a utilidade e a responsabilidade”, lembrando, nesse caso, o sistema fourierista. Assim, os profissionais liberais, incluídos entre aqueles que “ensinam e concorrem para a duração da vida e a sua defesa”, tais como professores, médicos, engenheiros e militares, deveriam ter remuneração distinta das “pessoas que produzem”, “operários”, “artistas”, “industriais” etc.

O sistema de Saddock de Sá estava baseado no equilíbrio de três princípios essenciais: “quantidade”, “especialidade” e “extensão”. Assim, por exemplo, o fourierista constatava que havia na cidade do Rio “excesso de casas nobres”, que não podiam ser compradas ou alugadas nem pelos operários nem pela classe média e que acabavam por ficar desabitadas. Da mesma forma, “havia falta de casas regulares e com comodidades para os indivíduos sem fortuna”. A especialidade deveria então limitar a quantidade, de tal forma que, onde houvesse excesso de certas instituições, como igrejas e bancos e falta de outras, como museus e bibliotecas, seria necessário proceder à construção das que se encontravam em falta. Por último, a “extensão” deveria regular a aplicação dos dois princípios anteriores. Por exemplo, se o governo decretasse a fundação de escolas numa província, elas deveriam ser estabelecidas de tal forma que satisfizesse toda a redondeza.

Saddock de Sá, por essa época, fazia parte do jornal *Brazil Operário*, dirigido por Antonio Melgaço e Elisário Freire, ferrenho opositor do grupo do Centro das Classes Operárias – chefiado, inicialmente, por Vicente de Souza e, depois, por Gustavo Lacerda – e do Partido Operário Progressista Brasileiro, de Tancredo Leal. Em dezembro de 1903 publicou um artigo, que havia sido apresentado no Liceu de Artes e Ofícios, sob a forma de conferência, intitulado “Constituição sociológica e internacional da Fusão Operária”. Também chamada de “Fusão Operária Sociológica Internacional”, ela seria um

importante passo rumo à tão sonhada “unidade social”, tendo por fim reunir os “patrimônios isolados e improdutivos” de todas as “instituições, grupos e mais elementos dispersos, em que predomine a tríplice classe – operária, artística e industrial –, para o alevantamento de um grande templo social e humanitário”, resultando disso a mais “perfeita e completa” organização do trabalho. Como as demais associações, ela também tinha seus estatutos. Chamam a atenção os artigos 6 e 8, em que se estabelece que a fusão deveria se espalhar por todas as nações, mas com sede central no país de sua fundação, isto é, o Brasil. No artigo 14 se estabelecem os auxílios que seriam prestados aos associados: amparo em caso de desemprego, doença, velhice e invalidez. O artigo 16 considerava indispensáveis para o avanço pelo mundo da associação a realização de exposições permanentes, a criação de escolas profissionais de artes e ofícios, de museus, bem como o aproveitamento de tudo que já houvesse sido criado e que favorecesse a “unidade social”⁸¹.

É óbvio que no meio de toda essa massa confusa de ideias que se diziam socialistas, no sentido moderno, mas que traziam em si uma forte marca das ideias do socialismo utópico, nutrido na seiva prolífica do positivismo, havia exceções, embora seja preciso estudar até onde vão essas exceções. Uma delas é a do grupo que se forma em São Paulo, por volta de 1902, ao redor do “Partido Socialista Brasileiro” e em que se destacam nomes como os de Estevam Estrela, Silvério Fontes, Pedro Konen. Gravitando ao seu redor estava o grupo carioca do jornal *Gazeta Operária*, chefiado por Mariano Garcia e Vicente de Souza. O seu programa, seguindo o modelo da socialdemocracia alemã, encontrava-se dividido em “programa máximo” e “programa mínimo”. Fala-se em luta de classes e em “conquista dos poderes públicos”, mas, estranhamente, inclui-se entre seus artigos a “criação de tribunais arbitrais”, velha bandeira dos positivistas. Não é possível fazer aqui uma análise pormenorizada das inúmeras contradições desse grupo e do seu partido, que também, como os demais, jamais teria uma existência organizada e atuante, sendo extinto logo a seguir. Mas há que se ressaltar a mistura de ideias marxistas com reminiscências e reivindicações do socialismo que lhe antecede, sobretudo em suas marcas positivistas. Assim, o mesmo programa que se dizia “em harmonia com o socialismo científico” fazia um apelo ao “impulso de generosidade” e aos “bons sentimentos” das “classes possidentes”, que não deveriam “cerrar os olhos à miséria que transparece por toda parte”, acrescentando que do partido socialista deveriam fazer parte “todas as pessoas que, por sentimentos humanitários”, estivessem convencidas de que “a felicidade do indivíduo está na proporção direta do bem-estar econômico de todos os membros da sociedade”. Esse apelo humanitário traz certa luz àquele outro que Estevam Estrela fazia aos socialistas portugueses, a fim de que esclareces-

sem se a maçonaria, conforme já foi ressaltado, poderia trazer alguma contribuição ao socialismo e à solução da questão social⁸². Não deixa de ser irônico o fato de que alguns anos mais tarde um outro socialista português, António dos Santos Figueiredo, fizesse a crítica do “ingênuo” espírito de filantropia do referido programa⁸³.

Conclusão

Após a Abolição e a proclamação da República, a “questão social” no Brasil passou a ser identificada cada vez mais com a “questão operária” ou “questão do trabalho”. O trabalho era considerado fator de coesão, ou assimilação, entre as classes. De modo que a única oposição concebível era aquela entre “produtores” ou “trabalhadores” – industriais, operários, comerciantes – e “ociosos” ou “parasitas”. Já desde o fim dos anos 1870 começara uma campanha contra o trabalho escravo e pela adoção do trabalho livre. De modo que essa oposição agora trazida era muito oportuna, pois era preciso enfatizar as ideias que valorizassem o trabalho. Esse movimento de valorização era uma novidade em relação ao ambiente mental criado pela escravidão. Mas justamente porque era uma ideia nova no Brasil, ainda afetado pelo ranço conservador do regime patriarcal rural, levaria tempo para amadurecer. Mesmo para o sentido mais geral da cidadania, da inclusão social e da participação, esse discurso tinha um alcance muito limitado, sobretudo devido à ausência de uma mentalidade propriamente urbana e industrial. Não se concebia o operário como uma classe homogênea e distinta. Um termo muito comum para se referir a ele era o de “família proletária”, dando ênfase justamente ao sentido de incorporação, de hierarquia, e não de afirmação, de autodeterminação como classe. Daí também que a palavra “patrão” fosse assimilada aos termos “patrono” e “protetor”, e que “chefe”, figura típica das oficinas operárias, fosse coextensivo a líder, cabeça, parte natural do corpo homogêneo que se queria, destinada a comandar todas as outras funções. Assim, embora os “partidos socialistas” falassem em nome dos operários, o seu projeto era para a “*nation travaillante*”, tal como queria Saint-Simon, um sonho de unir, num estilo grandiloquente, todos os trabalhadores – e aí muitos ex-escravos estariam de fora, uma vez que se viram forçados à ociosidade –, numa cruzada santa contra os ociosos. Foi grande a contribuição dos positivistas na concepção de tal projeto. Daí que suas teorias se casassem tão bem e tão pacificamente com as dos adeptos do socialismo utópico no Brasil. E isso se refletiu diretamente na concepção de partido que se tinha na época, em que raramente se via o operário fora das armadilhas integracionistas e associacionistas, propondo a “comunhão nacional” em prol do trabalho e se utilizando, para justificá-la, de

velhas analogias do comtismo, como a comparação do “corpo social” – fusão de todos os elementos heterogêneos – com o “organismo biológico” e sua divisão em funções específicas. Tudo em nome de uma “harmonia social” utopicamente concebida, de uma “ordem social perfeita”, integrando o indivíduo, a família, a pátria, a humanidade.

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de pesquisa em que se buscou analisar o conteúdo das ideias socialistas no Brasil, bem como a forma como elas estiveram presentes na prática associativa da classe operária que se tentava organizar no início do século XX no Brasil. O trabalho está baseado em vasto acervo documental, que inclui jornais, revistas e panfletos de época. Os resultados mostraram a significativa influência do socialismo pré-marxista, misturado às ideias positivistas predominantes no Brasil da época.

PALAVRAS-CHAVE

Saint-simonismo; Positivismo; Movimento operário; Brasil.

ABSTRACT

This article analyzes the content of the socialist ideas in Brazil, as well as the form as it was present in the practical of the working class while trying organize itself at the beginning of 20th century in Brazil. This work is based on vast documentary quantity, that includes periodicals, magazines and pamphlets. The results had shown to the significant influence of the socialism pre-Marxism at the marxism, mixed to predominant the positivists ideas in Brazil.

KEYWORDS

Saint-simonism; Positivism; Working-class movement; Brazil.

NOTAS

¹ Doutor em ciências sociais, professor doutor junto ao Departamento de Economia, Administração e Sociologia, Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Contato: leonidio@esalq.usp.br.

² Sobre a citação anódina do nome de Marx no Brasil a partir de 1871, ver, por exemplo, MORAES Filho, Evaristo de, “A proto-história do marxismo no Brasil”. In REIS Filho, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

³ MARX, Karl, “Manifesto do Partido Comunista”. In MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d., p. 38-43.

⁴ ENGELS, F., “Do socialismo utópico ao socialismo científico”. In MARX, K.; ENGELS, F., *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d., p. 307.

⁵ BUBER, Martin, *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

⁶ LÖWY, Michael, *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

⁷ MANHEIM, Karl, *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 216.

⁸ MARCUSE, Herbert, *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 13-15.

⁹ LÖWY, Michael, *op. cit.*

¹⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 2005.

¹¹ LEONIDIO, Adalmir, “Utopias sociais e científicas no Brasil na segunda metade do século XIX”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 14, n. 3, jul./set. 2007.

¹² MATTELART, Armand, *História da utopia planetária*. Lisboa: Bizâncio, 2000.

¹³ Karl Marx diria depois, ironicamente: “Organização do trabalho! Mas o trabalho assalariado é a organização burguesa existente do trabalho. Sem ele não há capital, nem burguesia, nem sociedade burguesa” (MARX, K. “As lutas de classes em França de 1848 a 1850”. In MARX, K. e ENGELS, F., *Obras escolhidas*, t. 1. Lisboa: Avante, 1982, p. 217).

¹⁴ “A classe operária”. *O Futuro*, Rio de Janeiro, 01/08/1872.

¹⁵ Para este rápido retrospecto sobre a estrutura socioeconômica do país na segunda metade do século XIX, nos baseamos nos seguintes trabalhos: SADER, Eder (Org.), *Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX*. Belo Horizonte: Vega, 1980; FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976; SEGATTO, José Antônio, *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

¹⁶ “O trabalhador nacional”. *O Trabalho*, Rio de Janeiro, 25/10/1868.

¹⁷ “O operário e a república”. *Revolução*, Rio de Janeiro, 24/09/1882. Editado por João A. Costa.

¹⁸ “As classes operárias”. *O Trabalho*, São Paulo, 15/09/1876.

¹⁹ “A união dos operários”. *O Mensageiro*, Rio de Janeiro, 01/08/1899.

²⁰ GOMES, Ângela de Castro, *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

²¹ “O trabalhador nacional”. *O Trabalho*, Rio de Janeiro, 27/10/1868.

²² “A obra do século”. *O Artista*, Rio de Janeiro, 27/11/1870.

- ²³ [Artigo sem título]. *O Proletário*, Rio de Janeiro, 07/10/1877.
- ²⁴ “Um esforço coletivo”. *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, 09/12/1884.
- ²⁵ “Em marcha”. *Echo Popular*, Rio de Janeiro, 27/05/1890.
- ²⁶ [Artigo sem título.] *O Artista*, Rio de Janeiro, 04/12/1870.
- ²⁷ [Artigo sem título.] *O Proletário*, Rio de Janeiro, 07/10/1877.
- ²⁸ “A classe trabalhadora”. *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, 01/05/1903.
- ²⁹ “A organização do trabalho nacional”. *O Corsário*, Rio de Janeiro, 25/11/1903.
- ³⁰ [Artigo sem título]. *O Artista*, 04/12/1870.
- ³¹ “Nosso protesto”. *O Trabalho*, Rio de Janeiro, 18/11/1879.
- ³² [Artigo sem título.] *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, 15/08/1903.
- ³³ [Artigo sem título.] *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, 15/01/1904.
- ³⁴ “A nossa luta”. *Echo Popular*, Rio de Janeiro, 21/06/1890.
- ³⁵ “Uma questão de bom senso”. *Tribuna do Povo*, Rio de Janeiro, 07/08/1870.
- ³⁶ “Seguir em frente”. *Echo Popular*, Rio de Janeiro, 08/03/1890.
- ³⁷ [Artigo sem título.] *O Artista*, Rio de Janeiro, 01/06/1905.
- ³⁸ “A ideia socialista”. *A Nação*, Rio de Janeiro, 10/12/1903.
- ³⁹ “Partido Operário”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 26/02/1890.
- ⁴⁰ [Artigo sem título.] *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, 01/06/1903.
- ⁴¹ “A ideia socialista”. *A Nação*, Rio de Janeiro, 10/12/1903.
- ⁴² “A unidade do trabalho”. *O Corsário*, Rio de Janeiro, 25/11/1903.
- ⁴³ “Tudo parece anunciar não sei qual grande unidade, para a qual caminhamos a largos passos” (tradução livre). “A união de todos”. *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, 15/10/1903.
- ⁴⁴ “O trabalhador nacional”. *O Trabalho*, Rio de Janeiro, 25/10/1868.
- ⁴⁵ [Artigo sem título.] *O Futuro*, Rio de Janeiro, 20/11/1872.
- ⁴⁶ “O partido do povo”. *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, 28/09/1902.
- ⁴⁷ FERREIRA, Maria Nazareth, *A imprensa operária no Brasil: 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ⁴⁸ [Artigo sem título.] *O Trabalho*, Rio de Janeiro, 01/01/1873.
- ⁴⁹ [Artigo sem título.] *O Artista*, 04/12/1870.
- ⁵⁰ “Seguir em frente”. *Echo Popular*, Rio de Janeiro, 08/03/1890.

- ⁵¹ [Artigo sem título.] *O Trabalho*, Rio de Janeiro, 01/09/1870.
- ⁵² [Artigo sem título.] *O Trabalho*, Rio de Janeiro, 14/09/1879.
- ⁵³ “A classe operária”. *O Futuro*, Rio de Janeiro, 01/08/1872.
- ⁵⁴ Sobre o trabalho como categoria abstrata ver MARX, K., *O Capital*, v. 1, livro 1/1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- ⁵⁵ [Artigo sem título.] *O Artista*, Rio de Janeiro, 04/12/1870.
- ⁵⁶ [Artigo sem título.] *O Proletário*, Rio de Janeiro, 07/10/1877.
- ⁵⁷ “Associações para o trabalho”. *Echo Operário*, Rio de Janeiro, 18/12/1884.
- ⁵⁸ “Organizações operárias”. *Gazeta Operária*, Rio de Janeiro, 30/12/1884.
- ⁵⁹ [Artigo sem título.] *O Futuro*, Rio de Janeiro, 15/09/1872.
- ⁶⁰ [Artigo sem título.] *O Proletário*, Rio de Janeiro, 07/10/1877.
- ⁶¹ “O socialismo”. *O Socialista*, São Paulo, 20/07/1878.
- ⁶² “A luta do povo”. *O Trabalho*, Rio de Janeiro, 18/11/1879.
- ⁶³ “A luta dos operários”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17/10/1892.
- ⁶⁴ “O Sr. França e Silva”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 27/01/1890.
- ⁶⁵ “Vinhaes e o Partido Operário”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 07/02/1890.
- ⁶⁶ Em Portugal, Sousa Brandão também insistiria na ideia, criando, nos anos 1870, quando já havia no país uma seção da Internacional, o Banco Industrial Social.
- ⁶⁷ “O banco popular”. *Echo Popular*, Rio de Janeiro, 15/04/1890.
- ⁶⁸ [Artigo sem título.] *Correio do Povo*, São Paulo, 18/03/1890.
- ⁶⁹ “As associações de trabalhadores”. *Echo Popular*, Rio de Janeiro, 11/03/1890.
- ⁷⁰ [Artigo sem título.] *Echo Popular*, Rio de Janeiro, 24/04/1890.
- ⁷¹ [Artigo sem título.] *Echo Popular*, Rio de Janeiro, 29/04/1890.
- ⁷² “A obra do século”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19/02/1890.
- ⁷³ “A luta operária”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18/07/1891.
- ⁷⁴ [Artigo sem título.] *Echo Popular*, Rio de Janeiro, 05/09/1890.
- ⁷⁵ “Nosso socialismo”. *Futuro Popular*, Rio de Janeiro, 31/10/1901.
- ⁷⁶ [Artigo sem título.] *Echo Popular*, Rio de Janeiro, 02/07/1890.
- ⁷⁷ “Uma grande ideia”. *Correio do Povo*, Rio de Janeiro, 11/02/1890.
- ⁷⁸ “A ideia socialista”. *A Nação*, Rio de Janeiro, 10/12/1903.
- ⁷⁹ “A união do trabalho no Brasil”. *Tribuna do Povo*, Rio de Janeiro, 01/11/1900.

⁸⁰ SADDOCK DE SÁ, Juvêncio, *Considerações gerais sobre a unidade social dos povos*. Rio de Janeiro: s/c.p., 1901.

⁸¹ [Artigo sem título.] *Brazil Operário*, Rio de Janeiro, 15/12/1903.

⁸² Vejam-se, especialmente, os números 1 e 17 deste jornal.

⁸³ FIGUEIREDO, António dos Santos, *A evolução do Estado no Brasil*. Porto: s/c.p., 1926, p. 159-161.